

Letargia

a semiologia imita o conto

Arary da Cruz Tiriba

Suponha que você, mal desperto de estranho sono, depare com uma camareira desconhecida, uniformizada, dispondo a bandeja com o café da manhã no seu leito, leito que não é o seu de todas as noites. [Que sucede? Onde estou? Como vim parar aqui?!] Mais surpreso ficará ao tentar pegar o pãozinho do desjejum! Porque verá, em vez de um, três pãezinhos, um acima, o outro ao lado: três pães, um de superposição, outro de lateralização. [E agora? Quando eu estiver aterrissando o *Paulistinha* passarei a enxergar três pistas?! Uma acima, outra ao lado? Qual a real? Nunca mais voltarei a pilotar?!]

Foi o que pensou o jovem, 20 anos, estudante de aviação, despertado após sucessivos dias de letargia. Letargia, termo proveniente do grego e latim, é o sono profundo e demorado.

O caso em apreço ocorreu em uma região vizinha a uma reserva florestal. Neste ambiente agreste, registrou-se entre os moradores uma epidemia de encefalite causada por *arbovirus* (contração das primeiras letras *ar*, de *arthropod*, *bo* de *borne* mais *virus*) transmitida por picada de mosquito, o que se chama arboencefalite. Era a primeira vez que uma epidemia dessa natureza havia sido identificada no País! Evento tão extraordinário que as autoridades de saúde optaram pela instalação de um hospital de emergência na área dos acontecimentos.

A cena reproduzida figurou entre numerosas manifestações apenas vistas nessa doença transmissível aguda, neurotrópica, de características epidêmicas. O moço tinha carradas

de razão para estranhar. Não, ele não estava em um motel! A camareira de uniforme branco não era garota de programa; na realidade, era uma dedicada auxiliar de enfermagem. Ele sobreviveu durante as semanas de sonolência porque, todo o tempo, foi alimentado e hidratado por sondas. Ao seu segundo “nascimento”, já nasce falando!

O exercício da clínica reproduz aspectos familiares ao velho profissional calejado. O pediatra identifica prontamente as figurações de fantasia, caracterizando o ambiente da criança. Diante de pacientes desmemoriados, o geriatra verifica que a cantiga de roda, dos velhos tempos, estabelece alguma religação com a ideação. Todos já fomos crianças, e à idade avançada voltaremos a ter comportamentos dos primeiros anos de vida...

A letargia em que foi imerso o aspirante a aviador remeteu-nos à encantadora história de Charles Perrault¹: “A bela adormecida no bosque”.

Era uma vez / rei e rainha habitavam castelo em meio ao bosque / nasceu bela menina batizada Aurora / bruxa malvada fará a

¹ Charles Perrault (1628-1703), escritor e contista célebre, nasceu em Paris. Tornou-se reconhecido sobretudo por resgatar o gênero literário dos contos de fadas, antes pertencente à tradição oral. Nesse sentido, Perrault reescreve histórias como “Chapeuzinho Vermelho”, “A gata borralheira” e “A bela adormecida no bosque” em versões menos terríveis que as contadas na Idade Média, adaptando-as à sociedade de seu tempo.

princesa na mocidade mergulhar na morte depois de picada por agulha de roca / fadas madrinhas transformam maldição em sono / princesa, rei, rainha, músicos, criados e cortesãos acordariam todos / se a jovem receber beijo de amor...

Na mocidade, o estudante de aviação passou ao sono duradouro também após uma picada [mosquito]. Seu maior sonho... voar! O que teria ele sonhado durante seu estado de letargia? *Pousou o Paulistinha no cottonoso floco de nuvem onde edificou seu castelo? Para contemplar o anil — de oceano e rios —, o verde das matas, o policromo das aves até adormecer e só acordar após?...*

Na inversão dos fatos, o bonito moço não foi despertado pelo beijo de uma princesa. Efetivamente, foi acordado por uma “enfermeirinha”, a qual, dias após dias, frequentou sua boca com amor fraternal. E uma enfermeira devotada tem muito de princesa, além de vislumbrar, no leito sob seus cuidados, o seu príncipe encantado...

No entanto, nem Charles Perrault — saboroso contista —, nem nós — insípido descritor da encefalite letárgica — definimos se o que apresentou após o sono patológico foi *diplopia*² ou *triplopia*. Com certeza, não se tratou de *triplopia*.

Que pensez vous mon ami Monsieur Perrault au sujet de cette histoire?

² Diplopia, a percepção de duas imagens de objeto único; também chamada ambiopia, visão dupla e poliopia binocular.

Arary da Cruz Tiriba

Membro emérito da cadeira n. 81 —

Patrono Adolpho Lutz — da Academia de Medicina de São Paulo e seu diretor, gestão 2009/2010

Notícias Culturais



Bastão de Esculápio, 2,30 x 1,50 x 0,60 cm, aço inox soldado, 2009

A APM inaugura, dia 11 de setembro, exposição com escultura do artista plástico Caciporé Torres, elaborada especialmente para a Associação. Chama-se *Bastão de Esculápio*, em aço, cujo conjunto tem, aproximadamente, dois metros e trinta centímetros de altura. Repleta de significados, sinalizará, também, a forte ligação da APM com as artes plásticas, cujos laços iniciaram-se desde a sua fundação, considerando o riquíssimo acervo reunido pelos médicos pioneiros da Entidade. Em data atual, Jorge Curi, presidente da APM, envidou todos os esforços para obter a escultura, lembrando que o artista escolhido é um dos quatro grandes escultores brasileiros de todos os tempos, o único vivo. São eles: Aleijadinho (1730-1814); Victor Brecheret (1894-1955); o grande mineiro Amilcar de Castro (1920-2002); e, finalmente, Caciporé de Sá Coutinho de Lamare Torres (1935-), o nosso Caciporé Torres. A propósito, é o escultor brasileiro com o maior número de obras expostas em espaços públicos no Brasil. A partir da data mencionada, a escultura poderá ser admirada no saguão de entrada da APM.

G.A.P.

José da Luz e suas histórias

Nelson Guimarães Proença

Conheci José da Luz há quase trinta anos, no decorrer de 1980. Na ocasião, eu era Diretor de Defesa Profissional da Associação Paulista de Medicina, e José da Luz presidia a Regional da APM em Ourinhos.

Empatia plena, desde o primeiro contato. Entre nós, a conversa sempre fluiu com facilidade, tanto ao comentarmos os cenários do exercício profissional da época quanto ao relembrarmos histórias e casos de tempos já idos.

A figura humana de Zé da Luz era — e continua sendo — maravilhosa. Para descrevê-lo sempre temos de usar palavras que engrandecem: conduta honesta, retidão de caráter, amizade leal, dedicação à medicina, liderança firme e competente. Essas são algumas de suas características, que dão realce à sua personalidade.

As histórias de Zé da Luz eram fantásticas. Tinham um “quê” de irreal. E, no entanto, todas aconteceram. Nascido no sertão piauiense, sua vida foi uma saga quase inacreditável, tais os obstáculos que teve de enfrentar e superar. No auge de sua trajetória, transferiu-se para Ourinhos, onde se consagrou profissionalmente e recebeu o reconhecimento de seus pares.

Se um roteirista das novelas da TV Globo imaginasse metade das situações vividas por Zé da Luz, este seria considerado como possuidor de uma mente excessivamente fantasiosa, delirante. Impossível aceitar que tanta coisa possa acontecer a uma só pessoa. Os incríveis acontecimentos que balizaram a estrada percorrida por Zé da Luz tinham de ser reunidos em um livro. Foi o que sempre lhe disseram seus amigos. Para satisfação de todos que o conhecem, isso realmente aconteceu. Ele decidiu editar seu livro, que não poderia ter outro título: *Zé da Luz e suas histórias*. A leitura nos faz acompanhar todos os fatos dessa vida singular, excepcional mesmo. É leitura que prende e nos faz ficar ansiosos, desejando chegar logo às páginas seguintes para saber como as narrativas terminam.

Eu recomendo sua leitura, não só por tê-lo conhecido mas também porque o livro encerra uma mensagem extremamente positiva, que nos estimula para o enfrentamento das dificuldades que a vida coloca à nossa frente. É leitura que, além de prazerosa, é capaz de renovar a nossa fé.

Nelson Guimarães Proença

Médico, Professor Emérito da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, ex-Presidente da APM e da AMB

Meu Sinhô

Luiz Henrique Leite Nogueira

Meu “Sinhô”
Tenho fome!...

Desculpe a presença
da minha indignância...
Sou só vagabundo
sozinho no mundo
num quero “vortá”...

Procuro um caminho
perdido nos sonhos,
cansado da busca,
cansado, sem ninho
que “num qué” mais “vortá”...

A vida é o destino...
e eu peregrino
de pé calejado,
de tantas andanças
vagueio sem rumo...

A fome tem pressa,
a fome tem fome,
a fome apressa,
não serve “Sinhô”...

Pois, “home”, “Sinhô”...
um “home” com fome
não sabe seu nome,
não sabe o que come,
não sabe se é “home”...

A fome é a fome,
que mata e consome
a alma dos “home”,
perdida..., ela some...
e “num qué” mais “vortá”...

Desculpe “Sinhô”!...

A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo na Revolução de 1932

Arnaldo Amado Ferreira Filho

Um singelo tributo aos heróis de 1932

A história nos ensina que os povos sabem o quanto é importante cultivar a memória de seus heróis, pois são eles personagens essenciais na formação da identidade-pátria, consciência que une os cidadãos na valorização da dignidade nacional, no estímulo à luta por nobres ideais e na defesa dos sagrados princípios de liberdade.

Na comemoração dos 77 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, a iniciativa da Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Medicina em homenagear membros do seu corpo docente, alunos e ex-alunos que dela participaram, não deve ser apenas uma evocação emotiva mas também uma tomada de consciência para todos nós, pois nesse momento crítico da vida nacional, mais do que nunca, a honradez e os valores morais, tanto cívicos quanto patrióticos, precisam ser enaltecidos. São valores que vêm sendo astuciosamente ignorados por políticos inescrupulosos e até intencionalmente menosprezados por aqueles que os consideram meras manifestações reacionárias elitistas e burguesas.

A bravura e o comovente sacrifício do povo paulista na Revolução Constitucionalista de 1932 estão indelevelmente inseridos na história pátria como paradigma de civismo, e nós, fiéis depositários que somos das mais nobres tradições de São Paulo, não podemos deixá-los sepultados na vala comum do esquecimento, mas conservá-los vivos como exemplos para as gerações vindouras.

Juscelino Kubitschek, que integrou como médico as forças mineiras que apoiavam, em 1932, o regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas, anos mais tarde, já presidente da República, confessou, em palavras textuais, que “A Revolução Constitucionalista aberta em São Paulo em 9 de julho de 1932 é um acontecimento que já atravessou as portas do tempo comum para penetrar na perenidade da história. Foi uma daquelas causas pelas quais os homens podem viver com dignidade e morrer com grandeza”.

Mas, afinal, o que foi a Revolução Constitucionalista de 1932 e o que a motivou?

Para que se possa aquilatar a relevância dessa solenidade e melhor compreendê-la, é imperativo que se faça um brevíssimo

relato das razões da Revolução Constitucionalista de 1932 e do dramático momento histórico vivido, há 77 anos, por São Paulo que, em apenas 85 dias de conflito, chorou a morte de mais oitocentos de seus filhos, naturais e adotivos, número que é quase o dobro do total de mortos da heroica Força Expedicionária Brasileira em toda campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial.

Nas pegadas do colapso econômico mundial de 1929, desencadeado pela crise na bolsa de Nova York, e no rescaldo da agitação política que antecedeu e sucedeu a eleição para a Presidência da República em março de 1930, eclodiu, em de outubro do mesmo ano, o movimento revolucionário que destituiu o presidente da República Washington Luiz Pereira de Souza, impediu a posse de Júlio Prestes de Albuquerque, eleito para sucedê-lo, depôs os governadores dos estados, fechou o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais, bem como pôs fim à chamada República Velha, que era dominada politicamente pelos tradicionais partidos republicanos estaduais, sobretudo pelo influente Partido Republicano Paulista (PRP). A Aliança Liberal, que patrocinou a Revolução de 1930, tinha como bandeira a reforma da velha Constituição Republicana de 1891, a instituição do voto secreto e a anistia dos militares, na sua maioria tenentes, envolvidos nos movimentos revolucionários de 1922, 1923 e 1924.

Com o propósito de excluir definitivamente do cenário político da República o Partido Republicano Paulista e sufocar o ancestral espírito indômito do povo bandeirante, Getúlio Vargas, que em nome da Aliança Liberal havia se apossado, pelas armas, da Presidência da República, instigado pelos mesmos tenentes revoltosos de 1922, 1923 e 1924, os quais lhe davam a mais importante sustentação militar, iniciou um verdadeiro assalto às instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo, passando a ser considerado, pela sua riqueza e incontestável liderança no cenário político e econômico brasileiro, um perigoso opositor aos desígnios revanchistas e aos secretos anseios ditatoriais dos revolucionários instalados no poder.

Para atingir seu objetivo, Vargas designa como interventor, com poderes despóticos para governar São Paulo, o ex-tenen-

te pernambucano João Alberto Lins de Barros; para chefe de polícia, o ex-tenente gaúcho Oswaldo Cordeiro de Farias; e para comandar a Força Pública de São Paulo, o execrado major Miguel Costa, que já pertencera àquela milícia e dela fora expulso por tentar derrubar o governo do Estado na Revolução de 1924, investidura esta considerada humilhante pelos paulistas.

João Alberto e Miguel Costa criam a Legião Revolucionária, constituída por centenas de homens afeitos à luta armada, todos oriundos do sul e do norte do país – verdadeira tropa de ocupação identificada por braçadeiras vermelhas –, com a finalidade, segundo eles, “de encurralar a burguesia paulista e manter calada aquela que chamavam de a ‘carcomida’ elite política de São Paulo”. Além disso, com o intuito de conseguir adeptos na pequena burguesia e no já politizado operariado de São Paulo, fundam o Partido Popular Paulista para atuar como braço político da Legião Revolucionária.

Odilon Aquino de Oliveira e Heliodoro Tenório, em *São Paulo contra a ditadura*, relatam que “São Paulo, em vez de ser tratado como irmão pelos inspiradores da política revolucionária de 1930, que, seja dito, haviam sido apoiados pelos políticos liberais e pela mocidade acadêmica, foi tratado como terra conquistada, onde o tacão de botas do caudilho veio por em sobressalto e ofender os justos melindres dos sete milhões de brasileiros que aqui mourejam”.

Em *Diálogo da capela*, Edgar Batista Pereira, ao descrever a opressão imposta a São Paulo pelo ditatorial Governo Provisório, ajuda-nos a compreender os fatos ocorridos. Segundo suas palavras, “súbito começa o martírio de São Paulo, martírio real, censura à imprensa, proibição de manifestações políticas, vigilância sobre clubes, entidades e sociedades civis, espezninhamento sistemático, tratamento bárbaro e desumano incompatível com as noções mais comezinhas de civilização”. Para se ter ideia a que ponto chegou a humilhação de São Paulo, o antigo Largo do Palácio, local do Pátio do Colégio, onde nossa cidade nasceu e, por isso, sagrado para os paulistas, teve seu nome mudado para Praça João Pessoa, o governador paraibano que fora assassinado. Além disso, na esfera econômica, não havia por parte do Governo Provisório o menor interesse em reativar a economia do Estado, que havia sido abalada pela grave crise econômica mundial. Diziam textual e ironicamente: “com toda a sua riqueza, que São Paulo se arranje sozinho”; além disso, para enfraquecer o poderio econômico de São Paulo, chegaram até a limitar alguns dos seus setores produtivos.

São Paulo, que exigia um paulista para livremente governá-lo, atônito estremece e protesta. Agita-se toda população do Estado, nasce e se avoluma incontrolavelmente o sentimento de revolta. O indiferentismo do povo bandeirante, como sempre mais voltado para o trabalho do que para a

política, desaparece e incendeia-se de indignação o coração dos paulistas, de origem e de adoção.

É preciso que se saliente que a violência praticada contra São Paulo, por parte do Governo Provisório, também se repetia nos demais Estados, porém de forma menos intensa. Como consequência, a revolta alastrou-se pelo país, principalmente no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, na Bahia, no Amazonas e no Pará, contra um governo tirânico que, sendo provisório, se perpetuava no poder em regime de arbítrio e não demonstrava com clareza vontade política de realizar, como havia prometido, eleições livres e a decantada reforma constitucional.

Articula-se, então, o movimento civilista de âmbito nacional denominado Frente Única, formado principalmente pelas lideranças políticas de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, com ramificações no Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Pará, entre outros Estados da Federação, que também exigiam eleições livres e a volta do país ao Estado Democrático de Direito.

Há uma incontida agitação política em todo país, sobretudo em São Paulo, onde, no dia 23 de maio de 1932, um comício que concentrou cerca de 200 mil manifestantes culmina com violento confronto entre o rebelado povo paulista e a famigerada milícia ditatorial. Nesse dia, são atingidos pelos tiros disparados por membros da Legião Revolucionária, fortemente armados, postados na sede do Partido Popular Paulista, situada na esquina da Praça da República com a Rua Barão de Itapetininga, 16 manifestantes, e tombam mortos Mario Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráuzio Marcondes de Souza e Antonio Américo de Camargo Andrade. Orlando de Oliveira Alvarenga, gravemente ferido, viria a falecer em 12 de agosto. Das iniciais dos quatro primeiros nasce a designação da sociedade MMDC, que passa a ser o mais importante mobilizador da resistência paulista.

No dia seguinte, 24 de maio, por ato do governo paulista, a essa altura já encabeçado desde o mês de março pelo paulista Pedro de Toledo, Miguel Costa é destituído do comando da Força Pública, Cordeiro de Farias é compelido a abandonar a chefia de polícia e a Legião Revolucionária é desarmada. Dessa forma, o Governo de São Paulo retomava também o controle militar do Estado, agora sob o comando do coronel Julio Marcondes Salgado.

Com a situação de franca rebelião já irreversível em todo país, na madrugada do dia 9 de julho de 1932, contando com a presença e colaboração direta de inúmeros líderes civis e militares de outros Estados, principalmente gaúchos e cariocas que para cá vieram para, ativamente, participar do movimento, eclode a Revolução Constitucionalista.

Houve também manifestações em outros Estados, as quais foram dominadas pela feroz polícia ditatorial. No atual Estado de Mato Grosso do Sul chegou a ser formado um estado independente chamado Estado de Maracaju, que apoiou São Paulo e só foi dominado pelas forças ditatoriais após violentos combates em Porto Murtinho. No Rio Grande do Sul, política e estrategicamente o principal e mais forte parceiro de São Paulo, o movimento armado foi sufocado pelas tropas do interventor gaúcho Flores da Cunha, cuja defecção, na última hora, da causa constitucionalista que antes abraçava, seria fatal para os destinos da Revolução.

Segue-se, em São Paulo, a mais impressionante mobilização popular de que se tem notícia na História do Brasil. A já cosmopolita população paulistana, sem distinção de condição social, nível cultural, idade, sexo, cor, credo religioso e filiação partidária, une-se em defesa da nobre causa constitucionalista. O fervor patriótico também se faz presente, com a mesma intensidade, em todo o Estado de São Paulo, com total adesão da população interiorana.

No dia seguinte, 10 de julho, na capital e no interior, voluntários começam procurar os postos de alistamento militar, atendendo ao chamado patriótico do MMDC. Em poucos dias, são aproximadamente 150 mil, dos quais somente cerca de 35 mil podem ser aproveitados, pois falta armamento suficiente para equipá-los. Ainda que com pouco ou nenhum treinamento militar, profissionais liberais, estudantes, comerciantes e comerciários, bancários, operários, funcionários públicos, fazendeiros e lavradores, esportistas e até jogadores dos principais times de futebol alistaram-se nos Batalhões Patrióticos. Isso constituiu um imprescindível reforço para a pequena Força Constitucionalista, constituída por apenas 14 mil militares regulares do Exército e da Força Pública que partem para a frente de batalha para enfrentar mais de 100 mil soldados instigados pela ditadura, sob a pérfida afirmação de que a revolução era separatista.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o parque industrial paulista, o operariado e a população civil em geral – homens e mulheres de todas as crenças e condições sociais e até as crianças – organizam-se em um impressionante esforço de trabalho coletivo para armar, vestir e alimentar o exército constitucionalista.

No entanto, só esforço e trabalho não são suficientes. É preciso dinheiro e ouro para custear as colossais despesas que o conflito impõe. O generoso povo paulista, em mais um ato de abnegação, doa suas alianças e suas jóias para o bem de São Paulo.

A brava mocidade acadêmica paulista, constituída pelos alunos das Faculdades de Medicina, Direito, Farmácia, Odontologia, Escola Politécnica da USP e do Mackenzie, é a primeira a se incorporar aos Batalhões Patrióticos.

A adesão da classe médica em todo o Estado de São Paulo é total. As aulas foram suspensas pela direção, e os membros do corpo docente, os estudantes, os alunos do curso Pré-médico, bem como os ex-alunos da Faculdade de Medicina, nossos homenageados de hoje, prontamente atendem com fervor a convocação feita pelo MMDC.

Vários estudantes da nossa Escola, engajados no Batalhão “14 de Julho”, o qual era formado na sua maioria por universitários de várias faculdades, lutaram bravamente na frente Sul, enfrentando aguerridas tropas sulinas, superiores não só em número como em armamento. Entre os bravos voluntários estavam os estudantes de medicina Álvaro de Freitas Ambrust, Antonio Cardoso de Almeida, Antônio de Carvalho Sá, Arnaldo Pedroso, Carlos Costa, Carlos Virgílio Savoy, Cássio Portugal Gomes, Claudino Amaral, Edmundo Navajas, Emílie Zola Pereira Mendes, Farid Chade, João Monteiro, José Altenfelder Silva, José Dias Silveira, João Junqueira Franco, José Inácio Lobo, José Mendonça de Barros, Levant Pires Ferraz, Luiz Morato Proença, Luiz Toledo, Nelson de Toledo Piza, Octávio, Seppi, Paulo de Campos, Paulo Gordo, Paulo de Toledo, Paulo Vampré, Plínio Barreto, Pedro Paulo Corrêa, Renato Soares de Toledo, René Mendes de Oliveira, Venturini Venturi e meu tio, irmão de minha mãe, Manoel José Monteiro de Barros Neto. Em 18 de setembro, no violento combate no Rio das Almas, o Batalhão “14 de Julho” enfrentou terrível ofensiva das tropas ditatoriais, apoiadas por artilharia pesada e por aviões, sendo feridos de morte vários voluntários e, após três dias de ferozes combates, inclusive à baioneta calada, Manoel José Monteiro de Barros Neto, Antonio Cardoso de Almeida, Renato Toledo, além de mais 41 companheiros, depois de resistirem valentemente, são cercados, aprisionados de armas na mão e, sob as maiores privações, levados a um imundo vagão de gado e, depois, em porão de navio, para o presídio da Ilha das Flores na Baía de Guanabara. Ainda na frente Sul, apesar da adversidade, o famoso trem blindado n. 6 enfrentou vitoriosamente as tropas ditatoriais e nele encontramos, como membro da sua guarnição, o acadêmico de medicina João Junqueira Franco.

Figura também inesquecível é a de Raul de Almeida Braga, presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz em 1932, que, incorporado desde os primeiros dias da Revolução ao Batalhão “Caçadores de Piratininga”, combateu, com denodo e valentia, nos contrafortes da Serra da Mantiqueira e foi um dos últimos a se retirar da frente de batalha em um dos trens blindados que operavam na região.

Na vitoriosa Coluna Romão Gomes, que com raro valor enfrentou as fortes tropas vindas do sul de Minas, combateram o Dr. Dorival Cardoso, ferido na coxa por uma bala de fuzil, e os acadêmicos Hugo Ribeiro de Almeida, seu irmão Tito Ribeiro de Almeida e Plínio de Toledo Piza.

No Batalhão dos Esportistas, ao lado de Arthur Friedenreich, o famoso “El tigre”, considerado um dos maiores jogadores do futebol brasileiro de todos os tempos, Luiz Álvaro de Menezes e Cícero Christiano de Sousa, ainda alunos do curso Pré-médico, arriscavam suas jovens vidas em prol do ideal constitucionalista.

José Novais Greff Borba, aluno do quarto ano da Faculdade, um dos mártires da causa constitucionalista, alistou-se no Corpo de Granadeiros Voluntários.

É impossível deixar de lembrar a inusitada ação do jovem e recém-formado Dr. Pedro Augusto da Silva, médico de um dos batalhões de voluntários. O batalhão havia perdido seu comandante e, sem um oficial que pudesse comandá-lo, ficou à deriva, bem como ameaçado de ser dizimado. Foi então que o intrépido Dr. Pedro assumiu o comando e procedeu, na mais perfeita ordem, a uma estratégica retirada, impedindo que todos fossem feitos prisioneiros. Por sua coragem e habilidade, foi muito elogiado pelos seus superiores.

Entretanto, não foi somente no campo de batalha que mestres, ex-alunos e alunos da nossa Faculdade lutaram pela causa constitucionalista. Em não menos edificante dedicação socorreram na frente de batalha e na retaguarda os feridos em combate, além de dar sustentação aos serviços de recrutamento e assistência às famílias dos combatentes.

Iniciadas as hostilidades, o Dr. Alípio Correia Neto foi destacado para a frente Norte, onde chefou e organizou, auxiliado pelos Drs. Eduardo Etzel e Francisco Cerruti, o Hospital de Sangue, na Santa Casa de Cruzeiro, que funcionou de 16 de julho a 12 de setembro, quando tiveram que recuar para Taubaté. O radiologista Dr. Cássio Villaça também prestou inestimáveis serviços, principalmente na localização de estilhaços e projéteis, utilizando um aparelho de raios X portátil, de sua propriedade, que havia levado para o Hospital de Sangue. O estudante José Ramos de Oliveira Junior encarregou-se da identificação e do registro dos pacientes, e o estudante Gabriel Botelho, do ambulatório de clínica cirúrgica. Os acadêmicos Darcy Xavier, Jocelir Bastos, Nelo Guimarães e Dirceu Godoy Araujo ajudavam nas cirurgias, faziam as anestésias e cuidavam das enfermarias. Tive a honra e o privilégio de entrevistar o Dr. Dirceu Godoy Araujo, que, com cem anos idade, talvez seja o último estudante sobrevivente dentre os que participaram da Revolução de 1932. Perfeitamente lúcido, o Dr. Dirceu contou como funcionava o Hospital de Sangue e lembrou, bem-humorado, casos interessantes que presenciou. O setor clínico era chefiado pelo Dr. Jairo Ramos, auxiliado pelos Drs. Pedro de Alcântara e Edgar Pinto Cesar, bem como pelos acadêmicos João Grieco e Haroldo Toledo; já a assistência oftalmológica estava aos cuidados do Dr. Moacir Cunha.

Além dos já mencionados, vários médicos oriundos de outras faculdades do país, dedicados e competentes clínicos

e cirurgiões, prestaram inestimável assistência na equipe do Hospital de Sangue de Cruzeiro.

Em trabalho publicado nos Anais da Faculdade de Medicina, em 1934, Alípio Correia Neto, Eduardo Etzel e Francisco Cerruti relatam minuciosamente as atividades do Hospital de Sangue de Cruzeiro nos seus 58 dias de funcionamento. Nele foram atendidos 1.428 soldados, dos quais 422 receberam tratamento ambulatorial e 1.006 foram internados. Destes, 588 eram feridos em combate e 418 apresentavam afecções várias, contraídas nas trincheiras. Foram realizadas 187 cirurgias, das quais 152 em 77 soldados atingidos por estilhaços de granada e 75 em feridos por bala. Foram feitas cerca de quatro operações por dia, ocorrendo somente 38 óbitos, se considerarmos os limitados recursos que havia naquela época, principalmente para o tratamento do choque hemorrágico.

A colônia italiana, por iniciativa de Luigi Manginelli, pai do acadêmico Piero Manginelli, equipou uma unidade cirúrgica constituída por seis caminhões-ambulância – Unidade Cirúrgica Itália –, que se deslocava para a frente Sul sob a chefia do Dr. Benedito Montenegro, auxiliado pelos Drs. João De Lorenzo, Piragibe Nogueira, Eurico da Silva Bastos e Reinaldo Neves Figueiredo, bem como pelos estudantes Piero Manginelli, Eugênio Luís Mauro e Ângelo Mazza. Instalados precariamente no edifício do Grupo Escolar de Capão Bonito, atenderam cerca de 1.500 soldados, desde feridos de guerra até vítimas de doenças contraídas devido às inóspitas condições climáticas dos campos de batalha da frente Sul. Benedito Montenegro, emocionado, mais tarde relembra: “presenciamos visões aterradoras das cenas de combate com o rugir dos canhões, o estourar das granadas, o matraquear das metralhadoras, o silvo das balas de fuzil, o estrondo das bombas dos aviões, tudo confundido numa ação destruidora, infernal, resultando no esfacelamento de parte do que São Paulo possuía de mais precioso para a garantia do seu futuro e da sua sobrevivência – a sua mocidade”.

Os Drs. Galeno de Revoredo, Antônio Rodrigues Bahia, Alfredo Rodrigues Bahia e o acadêmico Naylor da Silva Carvalho, na Santa Casa de Piraju, transformada em Hospital de Sangue, e, depois, em Avaré e Botucatu, atenderam aos inúmeros combatentes, entre eles o médico Dr. Argolo Ferrão, ferido em combate no vale do Rio Paranapanema.

Havia carência de tudo: faltavam medicamentos, fios de sutura e até víveres, mas não faltava dedicação aos heroicos soldados.

Aqueles que não partiam para a frente de batalha cumpriam o seu dever cívico nos serviços médicos assistenciais, nos hospitais e nos quartéis da capital.

O Dr. Antônio Carlos Pacheco e Silva, um dos fundadores do MMDC e figura destacada do Comitê Revolucionário

de São Paulo, organizou um Centro de Inspeção de Saúde, por onde passavam milhares de voluntários destinados aos Batalhões Patrióticos.

O Dr. José de Toledo Piza, formado na primeira turma da Faculdade de Medicina, era engajado como capitão-médico. Meu pai, Dr. Arnaldo Amado Ferreira, alistado voluntário logo no início da Revolução, foi designado capitão-médico do Quarto Esquadrão de Cavalaria da Força Pública.

O Dr. Ernesto de Souza Campos, então com 50 anos, e pela idade impedido de se incorporar como militar, instalou na Rua 24 de Maio (em imóvel de sua família) um centro médico para exame de voluntários e assistência às famílias dos combatentes.

A Dra. Carlota Pereira de Queiroz, que havia cursado os dois primeiros anos de medicina na nossa Escola, organizou, liderando 700 mulheres, o Departamento de Assistência aos Feridos da Revolução.

Não pode ser esquecido o Dr. Paulo de Godói, ex-aluno da Casa de Arnaldo e médico da Força Pública, que, enviado ao Rio de Janeiro nos primeiros dias de julho de 1932 pelo coronel Julio Marcondes Salgado, em missão secreta, para contato com alguns generais, lá ficou retido, pois o eclodir da Revolução o impede de retornar a São Paulo. No Rio de Janeiro, com o Dr. José de Almeida Camargo, ex-presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, e outros companheiros ali residentes, redigiram o boletim *O Libertador*, distribuído clandestinamente e com grande risco por toda a cidade. Mesmo sob vigilância pela polícia ditatorial, Paulo de Godói e José de Almeida Camargo tentaram sair do Rio, mas foram presos já na divisa com São Paulo. No entanto, conseguiram iludir os guardas, fugindo a pé e a cavalo; após seis dias de extenuante viagem, chegam, finalmente, à capital para se incorporarem ao Exército Constitucionalista.

Além dos médicos e estudantes aqui citados nominalmente, muitos outros da Faculdade de Medicina, que sabemos por informações pessoais, alistaram-se nos inúmeros Batalhões Patrióticos ou se desdobraram nos hospitais e na assistência médica à população; seus nomes, infelizmente, não nos foram possível resgatar, devido à escassez de documentos. São eles verdadeiros e heroicos soldados desconhecidos, aos quais esta homenagem também é dedicada.

A ubérrima terra paulista, fortalecida pelo sangue precioso de seus filhos, naturais e adotivos, abriu seu seio generoso para receber os jovens estudantes José Novaes Greff Borba e Octávio Seppi.

Borba, de 24 anos, aluno do 4º ano da Faculdade, instrutor do Corpo de Granadeiros Voluntários, no dia 7 de setembro foi mortalmente ferido por estilhaços, ao preparar uma granada no quartel da Rua Três Rios, em São Paulo.

Seppi, de 20 anos, aluno do curso Pré-médico, incorporado no primeiro dia de hostilidades ao Batalhão “14 de Julho”, em 26 de agosto, conduzia um caminhão que transportava alimentos e munição para as trincheiras avançadas, em zona de extremo perigo, perto de Capão Bonito. Em determinado local, próximo à linha de frente, tinha ficado só, na guarda do veículo que dirigia, quando avistou seus companheiros em risco de serem envolvidos pela retaguarda; diante disso, empunhou um fuzil-metralhadora e lançou-se contra a tropa inimiga, abatendo um sargento gaúcho, mas, logo após, foi atingido mortalmente por uma rajada de metralhadora.

Desses jovens heróis e de tantos outros que deram suas vidas em defesa do nobre ideal constitucionalista, precursores que foram da sagrada luta em defesa do Estado Democrático de Direito que, ainda hoje, sentimos ameaçado, São Paulo não deve e não pode se esquecer. Devemos lembrá-los, todos os dias, como imorredouros exemplos de coragem e civismo, porque eles

“Viveram pouco para morrer bem,
Morreram jovens para viver sempre”.

Arnaldo Amado Ferreira Filho
Ortopedista

*Sala da Congregação — Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo, 8 de julho de 2009*

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Ivan de Melo Araújo – **Diretor Adjunto:** Guido Arturo Palomba

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina [presidente (*in memoriam*)] e Luiz Celso Mattosinho França

Cinamateca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Guido Arturo Palomba

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.